



# Programa do Concurso

---

Concurso Público para “Aquisição de equipamentos informáticos para o Instituto Politécnico de Tomar”

**CPI n.º 02/IPT/2023**

**Sede · Tomar**

Quinta do Contador  
Estrada da Serra  
2300 - 313 Tomar  
Telf: 249 328 100  
Fax: 249 328 186

sec-presidencia@ipt.pt  
www.ipt.pt

**Pólo · Abrantes**

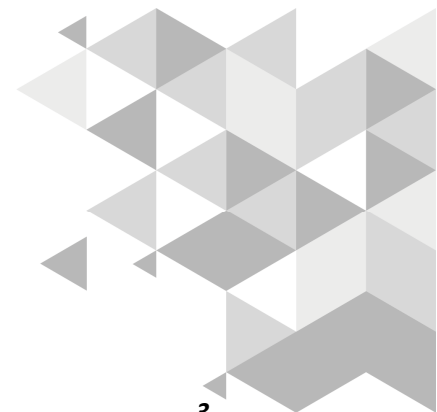
Rua 17 de Agosto  
de 1808, n.º 26  
2200 - 370 Abrantes  
Telf: 241 379 500



## ÍNDICE

### **CAPÍTULO I - Disposições gerais**

<b>ARTIGO 1.º - Objeto de contratação</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 5.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 6.º - Disponibilização das peças do procedimento</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 7.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 8.º - Documentos da proposta</b>	<b>5</b>
<b>ARTIGO 9.º - Idioma dos documentos da proposta</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 10.º - Propostas variantes</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 11.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 12.º - Critério de Adjudicação</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 13.º - Preço anormalmente baixo</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 14.º - Documentos de Habilitação</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 15.º - Prestação da Caução</b>	<b>8</b>
<b>ARTIGO 16.º - Escolha do ajuste direto ou consulta prévia para formação do contrato</b>	<b>8</b>
<b>ARTIGO 17.º - Legislação aplicável</b>	<b>8</b>
<b>ARTIGO 18.º - Falsidade de documentos e de declarações</b>	<b>8</b>





## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **ARTIGO 1.º - Objeto de contratação**

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de equipamentos informáticos, para o Instituto Politécnico de Tomar.
2. O presente procedimento corresponde ao código 30200000-1 – Equipamento e material informático, do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

#### **ARTIGO 2.º - Entidade Adjudicante**

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Tomar, sita na Estrada da Serra, Quinta do Contador, 2300-313 Tomar, com o número de telefone 249 328 100 e de fax 249 328 134 e endereço eletrónico [aprovisionamento@ipt.pt](mailto:aprovisionamento@ipt.pt).

#### **ARTIGO 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do IPT, no exercício de competência delegada pelo Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, através do Despacho n.º 5542/2019 publicado no Diário da República, 2.ª série, de 07 de junho de 2019.

#### **ARTIGO 4.º - Fundamento da escolha do procedimento**

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público com publicação no JOUE, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º Código dos Contratos Públicos.

#### **ARTIGO 5.º - Órgão competente para prestar esclarecimentos**

1. Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

2. Os esclarecimentos deverão ser solicitados na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt> .no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos serão também prestados na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt> .
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda proceder a retificações de erros ou omissões das peças do procedimento durante o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. Os esclarecimentos e as retificações serão notificados a todos os interessados na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt> .
6. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas no caso de divergência.

#### **ARTIGO 6.º - Disponibilização das peças do procedimento**

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 40.º do CCP, pelo anúncio, pelo programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt> .

#### **ARTIGO 7.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta**

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 30.º dia a contar da data de publicação do DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma eletrónica ACINGOV em <https://www.acingov.pt> .



## **ARTIGO 8.º - Documentos da proposta**

### **1. A proposta deve ser constituída por:**

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos do nº 6 do art.57º do CCP com as alterações promovidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e demais retificações, que deverá ser assinado pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, digitalizado e enviado num ficheiro, com a designação, por exemplo, **Anexo\_DEUCP.pdf**;
- b) Preenchimento do **Anexo I – Formulário da Proposta** (*modelo em excel*);
- c) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, nos termos da alínea b) do nº 1 do art. 57º do CCP, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar designadamente:
  - i. O preço total em Euros dos equipamentos a fornecer, não incluindo o valor do IVA;
  - ii. Preços unitários por cada tipo de equipamento a fornecer em cada um dos itens identificados no quadro anexo ao Caderno de Encargos;
- d) Indicação do prazo de garantia dos equipamentos, que deve considerar o disposto no artigo 15º, do caderno de Encargos;
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis à avaliação da proposta.

2. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a

certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

#### **ARTIGO 9.º - Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **ARTIGO 10.º - Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

#### **ARTIGO 11.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas**

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

#### **ARTIGO 12.º - Critério de Adjudicação**

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, tendo o preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Caso da aplicação do critério de adjudicação previsto no número anterior resulte um os mais concorrentes classificados com a mesma pontuação, o desempate será feito por sorteio, a realizar publicamente e com presença obrigatória dos concorrentes, em dia e hora a fixar, na sede da entidade adjudicante.

#### **ARTIGO 13.º - Preço anormalmente baixo**

Com vista a garantir a qualidade dos bens a fornecer, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 71.º do Código dos Contratos Públicos, será considerado que o preço de uma proposta é anormalmente baixo, quando apresente um desvio percentual em relação à média dos preços das demais propostas admitidas, superior a 50%.

##### **Sede · Tomar**

Quinta do Contador  
Estrada da Serra  
2300 - 313 Tomar  
Telf: 249 328 100  
Fax: 249 328 186

sec-presidencia@ipt.pt  
www.ipt.pt

##### **Pólo · Abrantes**

Rua 17 de Agosto  
de 1808, n.º 26  
2200 - 370 Abrantes  
Telf: 241 379 500





#### **ARTIGO 14.º - Documentos de Habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias a contar da notificação da adjudicação, para além da declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos (**Anexo II** do presente documento), os seguintes documentos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
  - a) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

3. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

#### **ARTIGO 15.º - Prestação da Caução**

Não será exigida a prestação de caução uma vez que o preço contratual será inferior 500.000 Euros.

#### **ARTIGO 16.º - Escolha do ajuste direto ou consulta prévia para formação do contrato**

Poderá ser adotado o ajuste direto na formação do contrato visada com o presente concurso público, se:

- a) Nenhum candidato se apresentar ou nenhum interessado apresente proposta, e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado em relação ao do concurso;
- b) Todas as propostas apresentadas forem excluídas, e desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado em relação ao do atual procedimento;

#### **ARTIGO 17.º - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **ARTIGO 18.º - Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.





## **Anexo II**

### **do Programa de Concurso**

#### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

#### **Sede · Tomar**

Quinta do Contador  
Estrada da Serra  
2300 - 313 Tomar  
Telf: 249 328 100  
Fax: 249 328 186

sec-presidencia@ipt.pt  
www.ipt.pt

#### **Pólo · Abrantes**

Rua 17 de Agosto  
de 1808, n.º 26  
2200 - 370 Abrantes  
Telf: 241 379 500



(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**Sede · Tomar**

Quinta do Contador  
Estrada da Serra  
2300 - 313 Tomar  
Telf: 249 328 100  
Fax: 249 328 186

sec-presidencia@ipt.pt  
www.ipt.pt

**Pólo · Abrantes**

Rua 17 de Agosto  
de 1808, n.º 26  
2200 - 370 Abrantes  
Telf: 241 379 500

NP 4552  
**BUREAU VERITAS**  
Certification

